

EQUIDADE DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO RURAL JOANA D'ARC III NA CIDADE DE PORTO VELHO/RO

TEMA: População, Gênero e Identidade

KELYANY OLIVEIRA CASTRO DE GÓES

Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Geografia – PPGG

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

kelyany_ro@hotmail.com

ADRIANA CORREIA DE OLIVEIRA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Geografia – PPGG

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

adriana.kant@hotmail.com

ANA PAULA BEZERRA SCHAEFER

Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Geografia – PPGG

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

anaschaefer.geo@gmail.com

RESUMO: Este trabalho mostra a participação das mulheres nas atividades econômicas no meio rural. Tendo como objetivo identificar a equidade de gênero entre mulheres e homens no trabalho de produção da farinha e no âmbito familiar do assentamento Joana D'arc III, bem como analisar a atuação das políticas públicas voltada para as mulheres. O assentamento possui seis agrovilas, onde foram realizadas as entrevistas com os proprietários e proprietárias dos lotes, sendo 28 homens e 14 mulheres, totalizando 42 entrevistados. A pesquisa foi de forma exploratória, pois observamos e analisamos o nosso objeto de pesquisa, através de questionários, registros fotográficos e levando em consideração a opinião de cada assentado e assentada em relação ao seu espaço. O que nos proporcionou um melhor conhecimento sobre a realidade do local e que a mulher vem conquistando o seu empoderamento.

Palavras – chave: Assentamento, gênero, políticas públicas e empoderamento.

ABSTRACT: This work shows the participation of women in economic activities in rural areas. Aiming at identifying gender equality between women and men in flour production work and in the family settlement Joan of Arc III and analyze the performance of public policies geared to women. The settlement has six rural villages where the interviews were conducted with the owners and owners of lots, 28 men and 14 women, a total of 42 respondents. The research was an exploratory manner, as we observe and analyze our research object, through questionnaires, photographic records and taking into account the opinion of each seated and settled in relation to its space. This provided us a better understanding of the reality of the place and the woman has gained their empowerment.

Key - words: Settlement, gender, public policy and empowerment.

INTRODUÇÃO

A história mostra que a posse dos bens da família era exclusivamente do homem, mesmo que este fosse um parente distante. A implementação das políticas públicas em benefício das trabalhadoras rurais possibilita o empoderamento dessas mulheres. Através do Plano Nacional de Políticas para as Trabalhadoras Rurais, desenvolvido pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), as mesmas vêm se materializando através de ações como a do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, (PNDTR) que possibilita o acesso à documentação civil e trabalhista, com isso a trabalhadora rural pode acessar as políticas públicas.

Outra garantia para as trabalhadoras rurais é o direito a terra, que foi ampliado através do Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA), que garante e estimula a integração das mulheres na gestão econômica dos assentamentos. Segundo a Portaria do INCRA 981/2003, que estabeleceu que nos lotes que for constituído por um casal, que ambos tenham a posse do lote, com isso a mulher garante a titularidade da terra independente da sua condição civil e que seja chefe de família (BUTTO, 2007).

Outros serviços rurais foram ampliados para atender as mulheres, como: Linha de crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-MULHER) e o Programa de Assistência Técnica e Sócio Ambiental (ATES) que desde o ano de 2008, trabalha articulado com o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária.

Em 2004, o MDA criou o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural o PNDTR que faz emissão de documentos civis e trabalhistas, além do repasse de informações sobre as políticas públicas. Em Rondônia o PNDTR vem atendendo as trabalhadoras rurais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas desde o ano de 2004 através de mutirões com as instituições parceiras. É um grande avanço as políticas públicas trabalharem com as questões de gênero, em meio à concepção que a sociedade tem de diferenciar homens e mulheres,

O surgimento do assentamento aconteceu a partir de um acampamento de famílias, que foram expropriadas, expulsas de outro assentamento, localizado no município de Corumbiara, onde aconteceu uma tragédia que ficou conhecida como o Massacre de Corumbiara. As famílias que sobreviveram ao massacre juntaram-se com

outras famílias que não possuíam terra, vindas de outras regiões e formaram o MCC (Movimento dos Camponeses de Corumbiara). Que através de muita luta conseguiram no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) o direito à terra.

Alguns avanços vêm ocorrendo para a melhoria de vida das mulheres do campo, em especial na Amazônia, especificamente no Assentamento Rural Joana D'arc III, como exemplo as políticas públicas que recentemente estão sendo acessadas pelas mulheres, como a consolidação da linha de crédito específica para as mulheres – Pronaf Mulher e a titulação conjunta.

Identificamos que nas agrovilas a economia se concentra na produção de farinha de mandioca, e que algumas mulheres conseguiram financiamento do governo para plantações de mandioca e criação de galinhas, o que vem mostrando um empoderamento financeiro para elas através de políticas públicas voltadas para mulheres.

Este trabalho mostra a participação das mulheres nas atividades econômicas no meio rural. Tendo como objetivo identificar a equidade de gênero entre mulheres e homens no trabalho de produção da farinha e no âmbito familiar do assentamento Joana D'arc III, bem como analisar a atuação das políticas públicas voltada para as mulheres.

A pesquisa foi de forma exploratória, pois observamos e analisamos o nosso objeto de pesquisa, através de questionários, registros fotográficos e levando em consideração a opinião de cada assentado e assentada em relação ao seu espaço. O que nos proporcionou um melhor conhecimento sobre a realidade do local e que a mulher vem conquistando o seu empoderamento.

1.2 Localização da área

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO P.A. JOANA D'ARC III

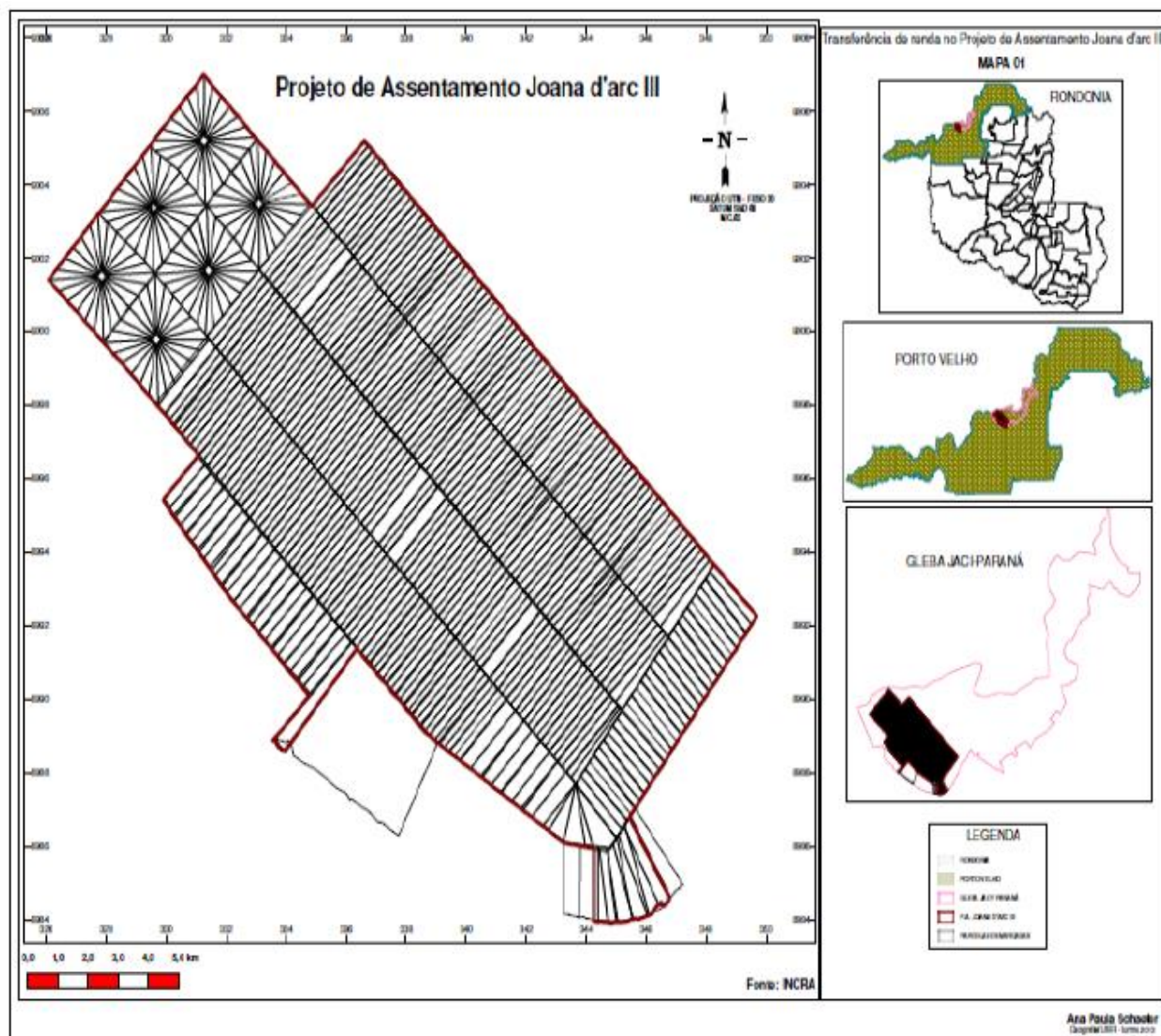


Figura 01 - Mapa de Localização do Projeto de Assentamento Rural Joana D'Arc III.

(Shaefer, 2013).

O assentamento fica há uma distância de 100km da zona urbana de Porto Velho, o acesso ao local é pela rodovia BR-319 (que liga Porto Velho/RO a Humaitá/AM), que dura apenas 5km até pegar a estrada que dá acesso ao assentamento, sendo muito precária e em épocas de chuvas de muito atoleiros e deslizamentos. O meio de transporte mais utilizado pelos moradores é o ônibus de linha, que também tem muitas dificuldades para chegar a determinados pontos, o que gera insatisfações para os moradores, pois alguns, precisam andar quilômetros para chegar até a residência.

REFERENCIAL TEÓRICO

A organização das agrovilas do assentamento Joana D'arc III, está voltada para a agricultura familiar, pois as famílias participam de todo o processo de produção, plantam, colhem e vendem. A agricultura familiar é conceituada por Viegas (2007, p. 4 e 5) como “(...) àquela em que os trabalhos ao nível da unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo ela a iniciativa, o domínio e o controle, do *que* e do *como* produzir”.

Entretanto, é evidente que as políticas públicas por muitos anos não davam nenhum beneficiamento para as trabalhadoras rurais, ou seja, eram políticas que excluía as mulheres e principalmente que invisibilizaram o trabalho da mulher, o que gerou muita perda de produção e de lotes. Por isso se faz necessário políticas públicas voltadas especialmente para as trabalhadoras rurais.

A política pública pode ser entendida como o meio de o Estado intervir em questões sociais expressas pelo conjunto de desigualdades (re) produzidas pelas contradições do modo capitalista de produção e conseqüentemente pelas relações sociais. Essa política de responsabilidade estatal deve ser apreendida no contexto político, social, cultural e econômico atendendo a lógica do Estado que executa de acordo com o interesse de grupos e classes sociais. (LINDO, 2011 p. 61).

No Brasil, segundo censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), são quase 15 milhões de mulheres trabalhadoras rurais, muitas delas sem acesso à cidadania, saúde, educação e sem reconhecimento da sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, quilombola, ribeirinha ou camponesa (BUTTO & HORA, 2008). As mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2006).

Segundo estimativas da FAO, apenas 1% da propriedade no mundo estão nas mãos das mulheres. (Butto & Hora 2008). Logo, as políticas que chegam para a Amazônia ainda não incorporaram os estudos de gênero devido a falta de entendimento sobre o significado de gênero. Segundo Rossini (2008 p. 4 e 5).

É importante perceber que o enfoque de gênero deve se concentrar nos efeitos e impactos desiguais de políticas e estratégias de desenvolvimento, causados em homens e mulheres. Essa relação não é estabelecida pelo fato de que as mulheres pertençam ao sexo feminino (biologia), mas sim aos papéis socialmente criados (papéis de gênero)

e que continuam lhes sendo impostos estejam onde estiverem. Uns e outros têm diferentes problemas, interesses, necessidades e prioridades que não devem ser confundidas nem homologadas pelas políticas públicas.

Os assentamentos surgem como uma tentativa de resolver conflitos sociais emergentes. A área de um assentamento torna-se um cenário apropriado para se fazer um intercâmbio de informações que possibilite uma análise crítica de como os assentados reordenam seus tradicionais padrões culturais advindos da experiência de vida e agora passam a ter uma vivência comunitária.

As relações sociais são compreendidas através da análise do espaço, sendo que este é dinâmico e as relações vão estruturando-o, através de atividades que homens e mulheres realizam no espaço ele evolui. O espaço além de ser influenciado por fatores sociais também é influenciado por outros fatores, como, os econômicos, ambientais e culturais. Este último nos permite compreender as relações de gênero no espaço.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isso é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que acontecem diante dos nossos olhos (...) (SANTOS, 1986, p. 122).

A geografia humana nos mostra como o olhar do geógrafo tem que estar atento para as coisas simples, como o modo que se organizam, onde vivem, como está estruturado os espaços que eles se relacionam e como eles enfrentam os obstáculos de dificuldades. E o estudo de gênero se faz necessário para tratar das relações desiguais de poder impostas culturalmente entre homens e mulheres, relações estas que vêm a influenciar nos modos de organização e representações sociais.

Gênero é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença entre homens e mulheres. Não se trata de um atributo individual, mas que se adquire a partir da interação com os outros e contribui para a reprodução da ordem social. (YANNOULAS, VALLEJOS, LENARDUZZI, 2000, p. 427).

Para Joseli Silva (2003), “é um agrupamento de idéias e opiniões que a sociedade constrói através de uma cultura do que é ser homem e do que é ser mulher”, a autora evidencia que a diferença não está no corpo e sim na mente, pois é a diferença é feita da simbolização que a sociedade faz.

Através do entendimento do conceito de gênero torna-se possível desmistificar as diferenças construídas social e culturalmente, onde diante de um contexto social as mulheres foram submissas aos homens, com restrições que levaram elas a não fazerem parte da vida pública, estando restritas ao espaço privado, tendo suas atividades relacionadas ao cuidado do lar e da família. A partir do conceito permite-se compreender de que maneira a sociedade caracteriza o masculino e o feminino a partir da diferença biológica.

As diferenças entre os sexos são biológicas, isso não influencia na maneira como irá se comportar na sociedade. As diferenças existentes entre homens e mulheres são construções sociais que foram criadas para diferenciar o masculino do feminino e dessa forma manipular os espaços que homens e mulheres devem usufruir, o que acaba deixando as mulheres nos espaços privados e os homens nos espaços públicos. A sociedade coloca como função da mulher o cuidado com a família, com os filhos, com o lar, e o homem é o que vai trabalhar para sustentar a casa e a família. Porém as mulheres do assentamento tem buscado sua inserção no trabalho, elas também contribuem com a renda familiar, ou seja, estão tendo empoderamento em relação ao lote,

O empoderamento pode ser percebido nas dimensões econômica, pessoal, social e política. Na dimensão econômica, consideram-se as perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho. A dimensão pessoal compreende o aumento da autoestima e da autoconfiança. Nas dimensões sociais e política, focaliza-se a capacidade das mulheres de mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta, assim como a ampliação de sua participação em instâncias de poder. (Brumer e Anjos, 2008 p.221).

Com o acesso as políticas públicas as mulheres trabalhadoras rurais do Assentamento Joana D'arc III conseguem ter um aumento da autoestima, e dessa forma conquistarem o empoderamento, como nos diz Nascimento Silva (2012),

A noção de empoderamento refere-se à mudanças ou pelo menos melhoria das condições sociais de existência de mulheres com poucos recursos sociais e políticos. As mulheres do Joana D'Arc III estão começando a despertar para essas possibilidades. Mas para que isso aconteça é necessária toda uma eficiência na gestão de políticas públicas que cheguem até essas mulheres. (NASCIMENTO SILVA, 2012 p.34).

O assentamento pesquisado é composto por homens e mulheres que apesar das dificuldades não desistem de conseguir uma melhoria das condições de vida, compõe um cenário rural, onde é possível observar as várias transformações ocorridas ao longo dos anos, referente aos processos de atuação das políticas públicas que serão mostradas nessa pesquisa.

RESULTADOS

Para a obtenção dos resultados nessa pesquisa, foram entrevistadas 42 famílias, essas entrevistas foram realizadas durante os trabalhos de campo, que passamos apresentar a seguir:

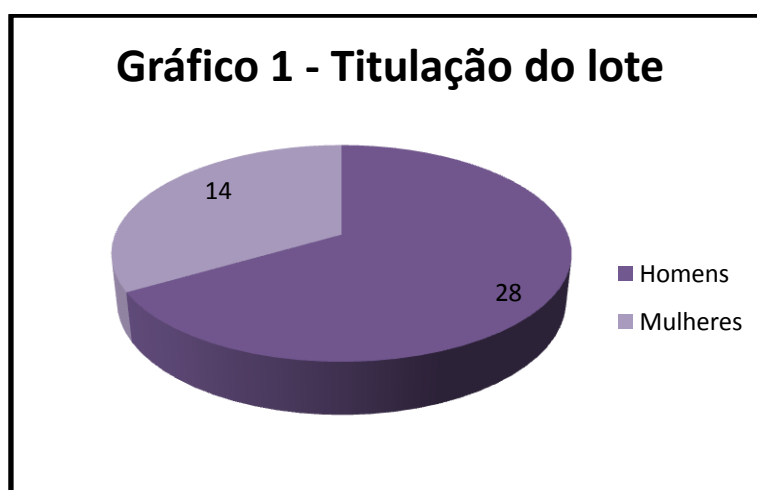


Gráfico 1 – Titulares dos lotes. Fonte: Org. GÓES, Kelyany, 2012.

Devido à distância de um lote ao outro, a maioria dos questionários foram realizados durante algumas reuniões da associação, conforme a foto, as reuniões acontecem todo primeiro sábado do mês. Devido está presente grande parte dos moradores, percebemos que a maioria dos presentes nas reuniões são os homens e os lotes estão registrados no nome deles, enquanto que o pouco de mulheres que participam das reuniões algumas tem a titulação dos lotes ou titulação conjunta.



Figura 0: Reunião da Associação Associação dos Produtores Rurais de Joana D'arc III (ASPROJOD).
Acervo do GEPGENERO - 2012.

Salienta-se que quando foi criado o assentamento Joana D'arc III, não existiam informações para que as mulheres tirassem os documentos exigidos pelo INCRA, para terem a titulação do lote. Com o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), através da Portaria nº 981, de 02 de outubro de 2003, o INCRA e o MDA, reconhecem as relações de gênero como um dos aspectos estruturante das relações sociais no meio rural e inclui as mulheres como agentes políticos na construção da reforma agrária, onde a titulação conjunta da terra para áreas onde são constituídas por um casal passa a ser obrigatória, ou seja, tanto no nome do homem quanto no nome da mulher.

Quanto à faixa etária dos assentados, podemos observar que existe um quantitativo semelhante entre homens e mulheres, pois a maioria dos assentados possui idade de 45 a 59 anos, tanto para os homens quanto para as mulheres. E a segunda maior faixa etária está entre 25 a 34 anos. Enquanto que apenas um entrevistado estava na faixa etária acima de 60 anos.

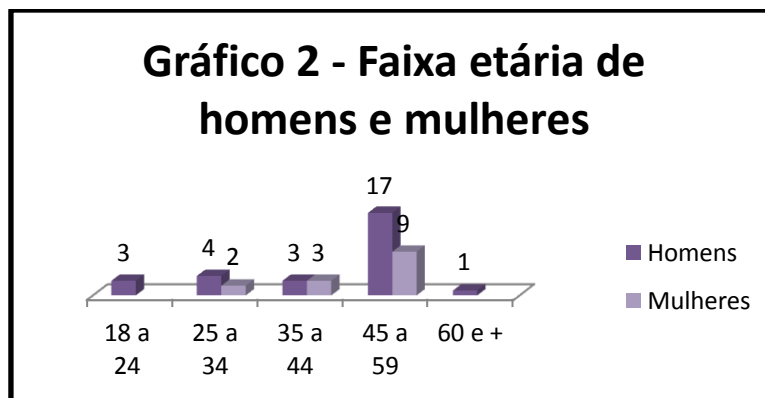


Gráfico 2 – Faixa etária de homens e mulheres do Assentamento Rural Joana D’arc III.
Fonte: Org. GÓES, Kelyany, 2012.

Como foi apresentado no gráfico acima, a presença de assentados com idade acima de 45 anos é maior do que o quantitativo de jovens. Isso pode ser devido a falta de oportunidade de estudo e emprego para os jovens. Geralmente as filhas quando não casam vão para cidade concluir os estudos e os filhos senão forem estudar ficam para trabalhar na roça com os pais ou trabalharem para os vizinhos.

Com idade variando entre 25 e 59 anos e segundo a divisão natural do trabalho que está presente na vida das mulheres rurais, considera a divisão nos quesitos de idade, força e sexo, estas famílias possuem um nível de organização produtiva. Ou seja, em relação à idade caracterizam uma população jovem, quanto à força e sexo que estão relacionados à figura masculina, os resultados mostram que a maioria dos assentados são homens. Então podemos afirmar que de acordo com estas características apresentadas esta população está inserida na produção de mercado.

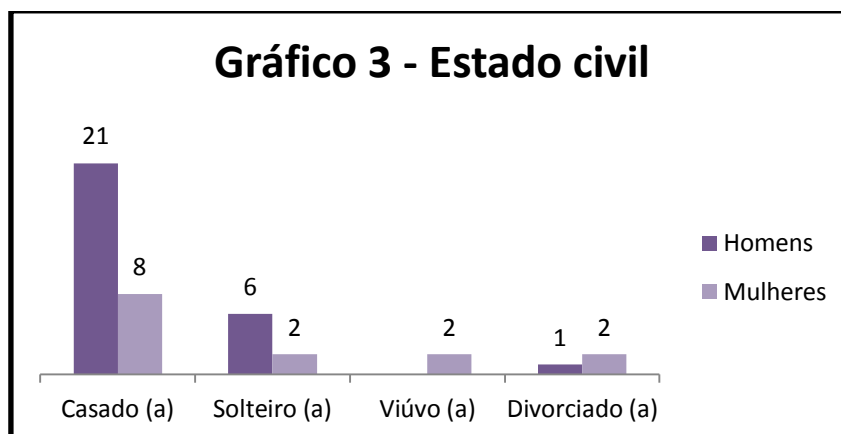


Gráfico 3 – Estado Civil dos assentados. Fonte: Org. GÓES, Kelyany, 2013.

Através do gráfico observamos que a maioria dos assentados são casados ou possuem uma união estável, influenciando assim a política de titulação, ou seja, a titulação ainda permanece na maioria dos lotes sendo a titulação conjunta.

Foi possível identificar que as famílias estão priorizando a educação dos seus filhos, o incentivo maior é por parte das mães, pois observamos nas reuniões da associação que esse assunto foi abordado e discutido por elas com certa preocupação, visto que elas procuram que seus filhos alcancem uma melhor qualidade de vida.

O gráfico a seguir, representa a quantidade de filhos que os assentados e assentadas possuem, pode-se perceber que a grande maioria tem de um a três filhos.

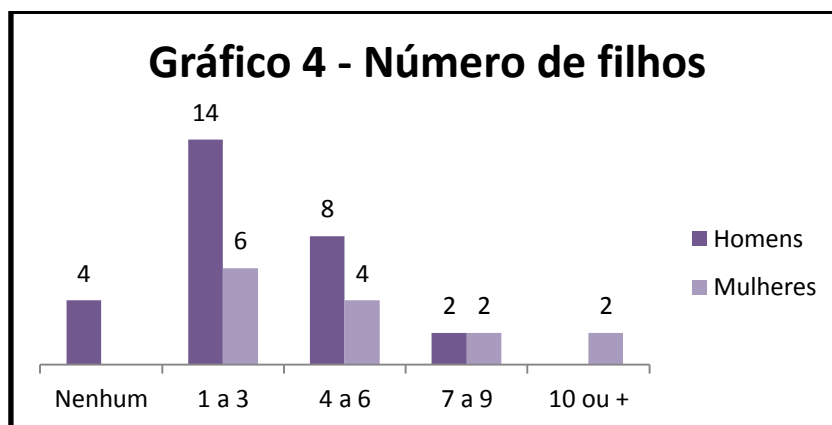


Gráfico 4 – Número de Filhos. Fonte: Org. GÓES, Kelyany, 2013.

A quantidade de filhos vem diminuindo em relação às gerações passadas, podemos observar que apenas duas famílias disseram ter dez filhos, sendo que a maioria dos filhos já se casaram e não moram mais com eles. E a maioria disse ter até três filhos. Podemos com isso afirmar que essa mulher tem mais acesso a informação através das políticas públicas voltadas para o empoderamento das mulheres rurais.

De acordo com os moradores, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) só trouxe o benefício no período de criação do assentamento, a EMATER (Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado de Rondônia), SEAGRI (Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária) e SEMAGRIC (Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento), atuam diretamente com os assentados.

Através das implementações das políticas públicas no assentamento, tem-se buscado alcançar a equidade de gênero, como o mutirão de documentos que o Ministério de Desenvolvimento da Agricultura (MDA) realiza para as trabalhadoras rurais, onde elas passam a ter o reconhecimento de titulares dos lotes ou com titulação conjunta, segundo Silva (2011), “em 2004, o MDA criou o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural-PNDTR que faz emissão de documentos civis e trabalhistas, além do repasse de informações sobre as políticas públicas”. A relação da EMATER com o assentamento é muito visível, pois eles possuem um local

para atender os moradores no assentamento próximo, Silva também afirma que “outros serviços rurais foram ampliados para atender as mulheres, como: Linha de crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-MULHER)”.

DIVISÃO DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO JOANA D’ARC III

O assentamento pesquisado se destaca pela produção de farinha, que é organizada pela Associação dos Produtores Rurais de Joana D’arc III (ASPROJOD), é composta por associados e associadas, porém a coordenação é composta somente por homens, sendo o presidente, tesoureiro, secretário e seus vices.

Na figura abaixo, podemos observar a farinheira da associação, onde acontece todo o processo da preparação da farinha, sendo 1º a mandioca deve ficar de molho de um dia para outro, 2º o catitu, que tem a função de ralar, 3º colocar na prensa, depois de esfarelar é colocada em sacos para ser prensada, é nesse momento que é retirado todo o líquido, vale ressaltar que esse líquido também é aproveitado para a preparação do molho de tucupí (uma comida típica da região), 4º quando está bem sequinha é colocada na peneira elétrica, 5º é colocado um corante que é feito da casca do ovo, 6º depois ela é despejada no forno, e passa por uma espécie de torramento, 7º depois de pronta ela passa por uma peneira manual para separar os caroços maiores, 8º e então é ensacada para a comercialização, que é feita no mercado produtor localizado no centro urbano de Porto Velho, ou entre os moradores do assentamento.

Todo esse processo é somente realizado por homens, as mulheres não fazem parte do processo elétrico da produção da farinha.

O trabalho mecanizado fica com os homens e o manual com as mulheres, pois antes do primeiro processo de produção, que é deixar no molho, todas as mandiocas são descascadas e essa é a parte exclusiva das mulheres.

Para a realização deste trabalho, que é fora do lar, algumas começam as 03 horas da manhã para terminarem as 10 horas e dar tempo de voltar pra casa para preparar o almoço da família, normalmente esse trabalho é realizado uma vez por semana, dependendo da colheita.

O horário de trabalho dos homens começa as oito horas da manhã e vai até produzir toda a farinha, podendo chegar até a noite, cada produtor tem uma semana para fazer.

Para a realização do trabalho manual, existe um grupo de mulheres, as descascadeiras de mandioca, algumas mulheres levam as filhas para ajudar também. Cada saco cheio de 50 kg, elas ganham R\$5,00, enquanto os homens para cada saco cheio de farinha ganham R\$50,00.



Segundo elas, cada uma faz em torno de 7 sacos, as vezes elas chegam a ir três vezes na semana. Com o dinheiro elas compram móveis e utensílios domésticos, como o fogão, geladeira, estante, uma chegou a comprar até uma vaca leiteira, isso demonstra que elas utilizam o dinheiro da forma que bem entendem isso causa nelas uma independência financeira e autonomia no lote, ou seja, um empoderamento para as mulheres.

Porém esses trabalhos, manual e mecanizado, não precisariam ser divididos por sexo, levando em consideração biológica. Sendo os dois exigidos muita concentração para a execução, não há nada que impeça as mulheres de ligarem as máquinas e

manuseá-las e os homens de descascarem a mandioca, tudo seria questão de aprendizagem.

A EMATER, ofertou cursos para trabalharem na farinheira, porém foi exclusivo para homens e limitado aos que já faziam o manuseio. Mas só o fato das mulheres estarem no mesmo espaço que o dos homens já é um grande avanço para as trabalhadoras rurais.

Já no trabalho do lote, na divisão familiar, observamos que as mulheres acordam primeiro para fazer o café para os homens irem para a roça, algumas até vão junto também trabalhar com o marido, mas voltam antes devido ter que fazerem o almoço para o marido e filhos. Alguns homens consideram o trabalho da mulher na roça apenas como uma ajuda, porém os trabalhos da mulher já começam bem antes de ir pra roça e todos acordarem, da mesma forma acontece na parte do jantar, a mulher é a última a dormir, pois é necessário deixar a casa arrumada para o dia seguinte.

Os filhos acompanham os pais na roça, as filhas ficam em casa para cooperar nas tarefas do lar. Observamos que as árvores frutíferas estão ao redor da casa ou muito próximas e também a existência de hortas e jardins, isso são plantações da mulher, que também é uma forma de contribuir no sustento e mais qualidade de vida para a família.

CONSIDERAÇÕES

As políticas públicas específicas para as mulheres tem fortalecido a equidade de gênero no assentamento Joana D'arc III, pois contribui para o empoderamento dessas trabalhadoras rurais.

O trabalho da mulher no meio rural sempre foi tratado com invisibilidade ainda por muitos textos, e ainda é considerado como invisível, pois podemos observar no trabalho da roça que é considerado uma “ajuda” para o marido onde não se tem um poder de decisão para o plantio, onde apenas ela faz o cultivo da horta, cuida da casa e dos filhos, isso nos leva a pensar que a marginalização do trabalho da mulher rural ainda é presente no campo.

REFERÊNCIAS

- BUTTO, Andrea e HORA, Karla Emanuela R. **Mulheres e Reforma Agrária no Brasil**. IN LOPES, Adriana L. & BUTTO Andrea .Mulheres na Reforma Agrária A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA 2008.
- HOLANDA FILHO, Zenildo Ferreira. **Impactos Socioambientais da Tecnologia de Cultivares de Banana em Área de Assentamento de Reforma Agrária em Rondônia**. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: UNIR, 2007.
- LINDO, Paula Vanessa de Faria. **Geografia e Política de Assistência Social: Territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Geografia e Gênero em Assentamentos Rurais: Espaço de Poder**. In SILVA, Joseli Maria; SILVA, Cesar Pinheiro da. (org.) Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras. Ponta Grossa. Todapalavra, 2011. ISSN: 978-85-62450-23-5.
- ROSSINI, Rosa Ester; CALIÓ, S. A. **Gênero e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira**. In: Seminário Internacional: Fazendo Gênero 8: corpo, violência e poder, 2008. Disponível: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST49/Rossini-Calio_49.pdf Acessado em: 01/11/2012.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. In revista de História Regional, 2003.
- SILVA, Viviane Nery da; OLIVEIRA, Cláudia Nascimento, e SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. **Assentamento rural Joana D'arc III: um olhar na perspectiva de gênero**. Artigo publicado nos Anais do Evento/SINGA, 2011 – ISSN: 9788561586317.
- VIEGAS, Janete Magalhães. **O turismo rural na agricultura familiar em Pernambuco. Um caminho a autonomia? A pluriatividade como uma ferramenta para o turismo solidário**. Global Turismo, São Paulo, 2007.
- YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. **Feminismo e Academia**. V. 81, n 199, p. 425 – 451, Brasília: R. Brás. Est. Pedag., set/dez 2000.